

-----**A C T A**-----

-----**Acta da reunião ordinária pública de 6 de Março de 2006**-----

-----Aos seis dias do mês de Março de dois mil e seis nesta cidade de Almeirim e na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Vice-Presidente Francisco Manuel Maurício do Rosário e Vereadores Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Pedro Miguel César Ribeiro, Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre, Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos e José Carlos Silva.-----

-----Faltou o Sr. Presidente da Câmara, cuja falta foi considerada justificada.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usaram da palavra:-----

-----Sr^a Vereadora Manuela Cunha que disse que gostaria de saber em que ponto está o concurso para Veterinário Municipal, que decorre há quase dois anos, tendo feito a mesma pergunta em Junho passado e ainda não obteve resposta.-----

-----O Sr. Vice-Presidente remeteu a pergunta para o Sr. Vereador Pedro Ribeiro e referiu que vai ser pedida autorização para o Veterinário aposentado manter funções, por necessidade de assegurar o serviço.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro, que assumiu a presidência do Júri do concurso pela saída do Sr. Vereador João Torres, respondeu que os resultados foram publicados, verificou-se uma reclamação de um concorrente, a que o Júri deu provimento, foi publicada nova lista, para audiência dos interessados e houve outra reclamação. O Júri reuniu, pediu pareceres e julga que ainda este mês estará pronto o processo para homologação.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou quem assegura, entretanto, o serviço, ao que o Sr. Vice-Presidente respondeu que é o Dr. Oriol Pena. O Sr. Vereador Pisco dos Santos chamou a atenção para a nova lei que regula as acumulações de serviços com pensões.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse estranhar que agora, na fase conclusiva do concurso se vá pedir autorização para o Dr. Oriol Pena acumular e há meses foi dito que o mesmo já se encontrava a acumular funções. Não foi formalizado o processo desde início, o que fez com que a Câmara não beneficie da partilha de encargos com o Ministério da Agricultura.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos sugeriu que, na Rua Cinco de Outubro, em Almeirim, seja pintado no pavimento o sinal de perda de prioridade no entroncamento com a Estrada Nacional e seja colocado um espelho frente ao entroncamento da Rua Camilo Castelo Branco com a Rua Condessa da Junqueira, em Almeirim, já que o estacionamento nesta última impede os automobilistas de se aperceberem das viaturas que vêm da Estrada de Fazendas.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos salientou uma notícia de um jornal, relativa aos Planos de Emergência das escolas e quis saber quais os estabelecimentos de ensino não têm planos de emergência. Referiu ainda a questão do amianto no telhado da Escola P três.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos Silva respondeu que as escolas do Concelho estão com cobertura quase a cem por cento, ao que o Sr. Vereador Pedro Ribeiro acrescentou que a taxa de cobertura só não é mais elevada por incidência do número de alunos de alguma escola não coberta.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que foi há tempos apresentada por si uma proposta, que foi reprovada, para que a Câmara substituísse com urgência o tecto da escola P três, que contém amianto, até porque há uma recomendação parlamentar nesse sentido.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro disse que a Recomendação é apenas isso, e pensa que não é seguida por todos os países, tem

a ver com o manuseamento e contacto directo. No caso da Escola P três as placas do telhado estão protegidas com o forro do tecto.

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que a Recomendação é dimanada da Assembleia da República e existem Directivas Comunitárias no sentido da sua posição. Para além disso aquela escola tem problemas de aquecimento, existe todo um desequilíbrio e há que fazer uma intervenção de fundo.-----

-----A mesma autarca lembrou que deve ser tapada a passadeira dupla na Rua Bernardo Gonçalves.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----ACTA - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar com alterações a acta da reunião de vinte de Fevereiro passado, tendo deliberado dispensar a sua leitura, em virtude do texto ter sido previamente distribuído por todos os autarcas.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----TRANSPORTE FERROVIÁRIO - A Câmara tomou conhecimento da carta dos Caminhos de Ferro Portugueses, EP, em resposta à Moção apresentada neste executivo pela Sr^a Vereadora eleita pela CDU, respeitante à paragem nas estações de Santarém e Entroncamento do serviço Alfa Pendular.-----

-----GRUPO PARLAMENTAR DO PCP - A Câmara tomou conhecimento da comunicação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, que acompanha a resposta do Governo ao requerimento sobre a segurança dos cidadãos no Distrito de Santarém.-----

-----AQUISIÇÃO DE PUBLICIDADE - Foi presente a carta do Jornal Folclore anunciando que vai realizar um trabalho de reportagem neste Concelho, por ocasião da comemoração dos cinquenta anos de actividade do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Almeirim e propondo que para a referida edição o Município adquira um

espaço publicitário, no valor de quinhentos euros, acrescidos de IVA.-----

-----A Câmara deliberou contratar o serviço publicitário, como proposto.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou conceder as seguintes transferências financeiras:-----

-----À Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim, para a Colectânea dos Jogos Florais Francisco Henriques, oitocentos euros; e NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém, para o Oitavo Grande Prémio Empresarial de Karting, duzentos e cinquenta euros.-----

-----DESPORTO - Para a deliberação que segue ausentou-se o Sr. Vereador Pedro Ribeiro, por se considerar legalmente impedido.--

-----A pedido da Secção de Petanca da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, a Câmara deliberou oferecer um almoço no Refeitório Municipal, no dia quinze de Junho próximo e apoio logístico com destino ao Torneio Aberto de Petanca em doublette, Taça Cidade de Almeirim.-----

-----Retomou o lugar o Sr. Vereador Pedro Ribeiro.-----

-----VIRTUALIZAÇÃO DE RECEITAS - Foi presente a informação da Secção de Taxas e Licenças, comunicando que não foi efectuado em devido tempo o pagamento de taxas de publicidade e ocupação da via pública de diversos contribuintes, no valor total de três mil quatrocentos e quarenta e quatro euros e dez cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou determinar o débito ao Tesoureiro.-----

-----TRANSPORTES URBANOS DE ALMEIRIM - Sob proposta do Sr. Vereador José Carlos Silva, a Câmara deliberou aprovar a implementação de uma paragem de autocarro dos Transportes Urbanos de Almeirim, frente às instalações municipais da Zona de

Actividades Económicas.-----

-----AUTOCARROS - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações dos autocarros, ao serviço das seguintes entidades:-----
-----Escolas do Moinho de Vento, Benfica do Ribatejo e Foros de Benfica, cento e quatro euros e dezoito cêntimos; Escola do Moinho de Vento, trezentos e cinquenta e um euros e nove cêntimos; Escuteiros de Almeirim, duzentos e sessenta e um euros e dezasseis cêntimos; Escuteiros de Fazendas de Almeirim, duzentos e quatro euros e trinta e oito cêntimos; Banda Marcial de Almeirim, cento e sessenta e cinco euros e noventa e oito cêntimos; União Futebol Clube de Almeirim, duzentos e quinze euros e sessenta e dois cêntimos; ALDESP, trezentos e cinco euros e dezassete cêntimos; e Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço do Município, três mil cento e cinquenta e dois euros e quarenta cêntimos.-----

-----DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA CULT - Foi presente o ofício da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, solicitando a fundamentação da Delegação das Competências previstas no Decreto-Lei número trezentos e vinte de dois mil e dois, de vinte e oito de Dezembro, na CULT, com o teor que discrimina.---

-----O Sr. Vice-Presidente apresentou a proposta de texto enviada pelo Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, que o executivo deliberou aceitar, com destino à fixação da redacção da deliberação, do teor que segue:-----

-----"Considerando que o Decreto-Lei número trezentos e vinte de dois mil e dois, de vinte e oito de Dezembro, transfere para as Câmaras Municipais as competências para o licenciamento, certificação e inspecção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, bem como as condições de acesso às actividades de manutenção e de inspecção por entidades privadas, designadamente o disposto no artigo sete;-----

-----Tendo em conta que o número dois do artigo sete do citado diploma legal preceitua a possibilidade de cobrança de taxas pela realização de inspecções no âmbito da actividade aqui agora

regulada;-----
-----Considerando que no quadro jurídico - administrativo da CULT prevê-se a possibilidade de os Municípios transferirem competências para aquela entidade, atendendo a que permite uma maior eficiência no desenvolvimento da actividade inspectiva e certificação;-----

-----Assim, ao abrigo dos artigos trinta e cinco e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal de Almeirim delibera delegar na Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT) as competências conferidas pelo Decreto-Lei número trezentos e vinte de dois mil e dois, de vinte e oito de Dezembro, designadamente a realização de inspecções, periódicas ou extraordinárias, realização de inquéritos, cobrança de taxas, relatórios e pareceres, instauração de processos de contra-ordenação e aplicação de coimas e sanções acessórias e demais poderes conferidos no âmbito do presente diploma, bem como nos termos do Regulamento Municipal Monta-Cargas."-----

-----DISTRIBUIÇÃO DE PELOUROS - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - O Sr. Vice-Presidente deu conhecimento do Despacho do Sr. Presidente que reformula a atribuição de Pelouros e consequente Delegação de Competências, próprias e delegadas, nos Vereadores, no sentido de atribuir ao Vice-Presidente o Pelouro do Turismo e ao Sr. Vereador José Carlos Silva o pelouro da Cultura.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que se trata de uma decisão da competência do Presidente da Câmara, reconheceu que o Sr. Vereador José Carlos Silva sempre teve gosto por esta área e mau seria não aproveitar as características de cada um para melhor desempenho do executivo, desejando-lhe felicidades. Mas esta informação devia ter vindo aqui antes de ser utilizada publicamente em eventos e não ser apresentada como facto consumado.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que não se trata de um facto consumado porque só vigora a partir de agora, embora possa ter havido confusão da designação dos Pelouros por parte de algum colaborador.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos congratulou-se com a atribuição do pelouro da Cultura ao seu par porque lhe reconhece todo o mérito e o considera uma mais valia na área, desejando-lhe boa sorte no desempenho destas funções.-----

-----PAÇO REAL DE PAÇO DOS NEGROS - O Sr. Vice-Presidente apresentou a proposta do Sr. Presidente, relativa ao Pórtico do Paço Real dos Negros e terrenos anexos, previamente distribuída a todos os autarcas, do seguinte teor:-----

-----"Considerando que, pelo disposto na Carta Arqueológica do Concelho de Almeirim, parte integrante do PDM, a parcela de terreno anexa ao Pórtico de Paço dos Negros é classificada como área de interesse arqueológico;-----

-----Considerando que esta classificação, proposta aquando da elaboração do PDM (antes de mil nove noventa e três), se baseou no pressuposto de que ali existiriam restos arqueológicos a preservar;-----

-----Considerando que, só nos últimos tempos, a intervenção no espaço do Pórtico tomou tal forma que despertou maior interesse pelos elementos históricos e arqueológicos existentes naquela área, mesmo para além dos limites até agora convencionados.----

-----Considerando que qualquer outro processo de classificação que agora se iniciasse, seria menos eficaz que a actual classificação, regulamentada no PDM.-----

-----Propõe-se:-----

-----Que nos termos legais, seja elaborado pelos técnicos e juristas da Câmara, uma notificação que dê a conhecer ao actual dono a intenção da Câmara se mandar proceder a escavações;-----

-----Que, após isso, se lancem os procedimentos para selecção de empresa credenciada que proceda a escavações;-----

-----Que, mediante os achados, a Câmara proceda às diligências que mais forem legalmente aconselhadas (outra classificação, recolha dos achados, elaboração de postura própria, etc.)."-----

-----A título informativo, acompanha esta proposta o pedido de informação das condições a que devem obedecer as operações urbanísticas de um loteamento urbano junto ao Paço Real dos

Negros, apresentado pelo proprietário do terreno, José Manuel da Silva Fidalgo, que deu entrada nos serviços em nove de Fevereiro passado e tem informação da DHU de que a operação pretendida se insere em área classificada de interesse arqueológico na Carta Arqueológica do PDM, portanto, zona non aedificandi, pelo que a operação não é permitida. Do despacho que mereceu, foi o requerente notificado por ofício de dezasseis do mesmo mês. Concluiu o Sr. Vice-Presidente que a Câmara fez cumprir a lei.--

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro, referindo-se a uma notícia sobre o assunto no jornal O Público, salientou que por vezes é acusada a comunicação social regional e local de pouco profissionalismo na publicação de notícias sem ouvir todas as partes envolvidas. Neste caso, um jornal de elevado prestígio fez notícia sobre o Pórtico, sem direito a contraditório por parte da Câmara, apresentando apenas uma versão dos acontecimentos e sem preocupações de fidedignidade do que publicava.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha inquiriu se o jornal dizia alguma mentira.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que sim, ao afirmar que o executivo tinha reprovado o processo de classificação de interesse municipal.-----

-----A Sr^a Vereadora reafirmou a reprovação da classificação de interesse municipal por parte dos eleitos socialistas e acrescentou, dirigindo-se ao Sr. Vice-Presidente, que ficou desiludida com o seu género.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que a Sr^a lhe está a fazer um grande elogio.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que os Srs. gostam de estar sempre em meias águas, não aprovam a proposta e por outro lado, publicaram panfletos e livrinhos sobre este património. Foi a própria a proponente e não propôs rótulos, mas conteúdos para votação. Se o executivo conhecesse a lei do património saberia que deliberar a classificação não tem efeitos imediatos, antes significa o desencadear do processo com vista à classificação. E acrescentou que o procedimento dos eleitos do

PS na última reunião foi tão desonesto que a fez duvidar se teria elaborado mal a sua proposta, porque não a tinha consigo. Foi agora apresentada a proposta do Sr. Presidente e, ao abrigo do Regimento, apresenta uma proposta alternativa que vai de encontro à proposta do Partido Socialista no que diz respeito às escavações, mas propõe que se desencadeie o processo para a classificação de interesse público daquele património. E leu a sua proposta escrita, do seguinte teor:-----

-----"Proposta relativa à preservação do conjunto do Paço Real dos Negros.-----

-----Um- Avançar com as diligências necessárias para dar início às escavações arqueológicas há área de implantação do Paço Real dos Negros e terrenos vizinhos identificados no PDM (Inf. Arq):-

-----Junto do IPA-----

-----Junto dos proprietários dos terrenos-----

-----Iniciando o procedimento para concurso público para as escavações-----

-----Dois- Em simultâneo, desencadear o processo de classificação de interesse municipal para a área de implantação do paço Real (sem fechar os limites) e zona envolvente dando início a elaboração de um Plano de Pormenor de Salvaguarda para a área."

-----Continuou a mesma autarca que a proposta do PS assinada pelo Sr. Presidente tem dois considerandos que não pode subscrever: que só nos últimos tempos o assunto despertou interesse e que qualquer outro processo de classificação seria menos eficaz. O interesse já existia no PDM e o Partido Ecologista Os Verdes já em dois mil propôs dotação em Orçamento de Estado para a necessária intervenção, para além de que Frazão de Vasconcelos estudou o local em devido tempo e deixou trabalho que carecia de continuação na área da arqueologia. É completamente errado que outro processo fosse prejudicial, porque a classificação não tem efeitos imediatos e o PDM não representa uma defesa eficaz do património, porque se trata apenas de uma cláusula de protecção provisória até se realizarem as escavações. E perguntou onde está o parecer escrito que o Sr.

Presidente ia pedir. A proposta apresentada pelo Sr. Presidente faz depender a classificação de um conjunto de vestígios visíveis, que, segundo o IPPAR, do facto de lá encontrar achados arqueológicos que, merecem protecção específica. A classificação do património edificado não deve estar dependente da hipótese referida: «mediante os achados». O que esta proposta do Partido Socialista significa é que a Câmara pode estar a gastar dinheiros públicos em prol de benefícios privados. É ao proprietário do terreno que cabe promover as escavações, devidamente acompanhadas e fiscalizadas por técnicos em arqueologia, embora a proposta preveja que será a Câmara a fazer as escavações no terreno do potencial loteador e, se não encontrar vestígios arqueológicos, o particular poderá construir enquanto o erário público pagou. Acrescentou, os vestígios arqueológicos não são impeditivos da construção, o que pode ser impeditivo da construção é a classificação. E isso obriga a que a Câmara defina o que quer para a área, criando zonas de protecção e condicionando uma futura e eventual construção.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que esta matéria baixou à Comissão Municipal de História e Património, cujo parecer aguarda e, em relação ao movimento de terras, a Câmara actuou junto do empreiteiro, dentro da sua competência, logo que tomou conhecimento da acção.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que entre os dias seis e vinte e dois de Fevereiro não houve embargo e a área foi completamente aterrada. E perguntou se é isso que chamam actuação junto do empreiteiro.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro frisou que a resposta de indeferimento do pedido é obrigatória e o curto prazo que mediou se destinou aos actos preparatórios da decisão.-----

-----O Sr. Vice-Presidente salientou que a Assembleia Municipal remeteu o assunto à sua Comissão especializada e a presente proposta é complementar para a consecução de meios de assessoria da Comissão.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha propôs a aprovação da sua proposta, pois a Comissão Municipal não acciona projectos de

classificação, quem tem de os accionar é a Câmara. Esta proposta do PS, ao querer avançar com escavações sem o processo de classificação vai originar mais demora, ao passo que a classificação poderia decorrer a par com as escavações, criando uma protecção jurídica que seria aproveitada exactamente até aos limites do interesse público. A previsão non aedificandi do PDM só é eficaz até à realização das escavações e a classificação não retira totalmente direitos ao construtor. Por outro lado, as escavações deviam ser pagas pelo privado e, com a proposta, que contesta, é o público que vai custear as escavações, em proveito de um privado.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro salientou que as expectativas do dono do terreno em matéria de ganhos ou perdas foram definidas com a informação de que não pode construir no local e, julga, é uma decisão não sujeita a duas interpretações.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que não está a retirar o direito à construção, só quer que a Câmara defina o que lhe é proposto.-----

-----O Sr. Vice-Presidente ponderou que quem faz especulações por antecipação da posição da Câmara, bom seria que tivesse a capacidade de se retractar.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha invocou a Constituição da República Portuguesa, que confere à autarquia competência sobre o património na área do Município, leu o Parecer do IPPAR sobre o património sub judice e referiu que a Comissão tem um historiador que retira do contexto palavras de Frazão de Vasconcelos.-----

-----De seguida o Sr. Vice-Presidente submeteu à votação as duas propostas, tendo a proposta subscrita pelo Sr. Presidente sido aprovada com quatro votos a favor, dos Srs. Autarcas eleitos pelo PS e dois contra, dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----A proposta apresentada pela Sr^a Vereadora mereceu dois votos a favor, da proponente e do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos e os votos contra dos restantes quatro eleitos presentes.

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos justificou, em declaração de voto: «Voto a favor da proposta da CDU porque é mais consentânea com as medidas que devem ser adoptadas para a resolução da classificação ou não da Zona Envolvente do Pórtico de Paço dos Negros. As medidas que o Sr. Presidente pretende adoptar deveriam enquadrar-se dentro do procedimento de classificação e não figurarem como medidas que parecem mais não ser do que actos avulsos, desprendidos de um nexó contextual. Isto é, a formulação de um acto administrativo por um órgão colegial implica a abertura de um procedimento, um conjunto de actos que podem ser preparatórios, informativos, inspectivos, dos vários serviços camarários envolvidos para a estruturação de uma deliberação final. Tanto é assim que na proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara já se alvitra a possibilidade de uma postura camarária, quando esta já podia ser pensada no âmbito do procedimento de classificação. A par desta situação encontra-se o facto que não consigo vislumbrar como a Câmara Municipal, na presente data, por mera notificação e sem que a mesma se enquadre num procedimento de classificação, vá proceder a escavações numa propriedade privada que não é do domínio municipal. Por outro lado, o Relatório que me foi entregue das várias questões que levantei sobre este assunto, indica claramente que os serviços camarários, DHU, desconheciam até à data de emissão desse relatório, o aterro efectuado na propriedade. Por último, caso o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal não tivesse rejeitado a proposta do PPD/PSD sobre esta matéria, neste momento já teria sido aberto um procedimento com vista a classificar ou não a zona envolvente, em articulação com a Comissão Mista de Revisão do PDM, onde teria o contributo indiscutível da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim».

-----Disse a Sr^a Vereadora Manuela Cunha: «Faço voto de vencida em relação à deliberação aprovada pela maioria socialista deste executivo, pelas seguintes razões: Um dos considerandos que sustenta esta proposta é errado. Actualmente os vestígios históricos visíveis de Paço dos Negros não têm nenhum estatuto

de protecção específica que garanta a sua protecção. Aliás, isso é bem claro nos pareceres do IPPAR, que propunha que se accionasse o processo de classificação de interesse municipal. Ao iniciar as escavações sem que o interesse municipal esteja declarado, pode o resultado revestir uma forma perversa, retirando a cláusula temporária de proibição de edificação a uma zona non aedificandi declarada em PDM, cláusula essa que pode cair após as escavações realizadas e antes que tenha sido definido o Plano de Pormenor de salvaguarda para esta zona e a que o processo desencadeado com vista à classificação permitiria obstar. Esta proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara pode ainda levar a que as escavações financiadas pelo Orçamento municipal, público, venham a criar um quadro favorável à aquisição de direitos privados do proprietário, antes que o interesse público tenha sido resguardado através da única cláusula que o pode proteger, a classificação de interesse municipal. A proposta apresentada por mim visava, por um lado, retirar rapidamente conclusões em relação à área actualmente considerada de interesse arqueológico no PDM, enquanto, em simultâneo, se criava um quadro de protecção que desde já garantia a salvaguarda dos vestígios visíveis».-----

-----O Sr. Vice-Presidente declarou: «Voto a favor da proposta apresentada pela Câmara, através do seu Presidente, e que aprovamos, porque está em consonância e permite operacionalizar a deliberação tomada na última sessão da Assembleia Municipal, atendendo a que os membros destes órgãos são os mais interessados, ou tão interessados como outros, na preservação do Pórtico de Paço dos Negros. Esta forma parece-nos, tendo considerado os actuais desenvolvimentos, a mais correcta e transparente para quem pretende resolver esta situação. Queremos lamentar toda a especulação levantada à volta do assunto que, de certeza, não contribuiu em nada para uma deliberação sensata, legal e de encontro a todos os interesses em jogo».-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro disse: «Subscribo a declaração do Sr. Vice-Presidente e saliento que o processo apresentado na Câmara com destino à informação da viabilidade de loteamento no

local foi respondido negativamente em sete dias, com fundamento nas informações dos técnicos municipais. Infelizmente, a muita especulação que o Sr. Vice-Presidente aduzia baseia-se em manobras políticas de pessoas habituadas a colocar em causa os pareceres dos próprios técnicos desta casa e, penso, que esses mesmos técnicos não devem ser trazidos para o contacto político. Quero realçar que a proposta aqui votada maioritariamente inclui todas as componentes constantes da proposta apresentada pela Sr^a Vereadora Manuela Cunha e, inclusivamente, pode levar mais longe o processo de classificação, uma vez que o mesmo será tido em conta após as escavações, por força das quais se terá uma ideia precisa do objecto e da dimensão da área a salvaguardar».

-----VENDA DE TERRENO - O Sr. Vice-Presidente referiu-se à informação da chefe de Repartição, previamente distribuída aos membros do executivo, que historia o processo de venda, por deliberação de vinte de Agosto de dois mil e um, a Edijope - Construções, Ld^a, de uma parcela de terreno com cento e quinze metros quadrados e quarenta e nove decímetros quadrados, na Rua Marechal Gomes da Costa, em Almeirim, com destino à construção de um edifício de quatro pisos, com respeito pelo projecto de arquitectura fornecido pela Câmara, da autoria do Arq^o Gamito. Após construção do imóvel, reclamou o comprador que a área de implantação não é a invocada, mas de cento e trinta e quatro metros quadrados e vinte decímetros quadrados.

-----O mesmo autarca apresentou o diagrama da actual implantação do prédio, que confirma a área reclamada e propôs que seja efectuada a correcção da parcela vendida, sem qualquer cobrança adicional do preço de terreno, já que o preço pago inicialmente se reportava à globalidade do terreno onde fosse implantado o prédio, cujo projecto era fornecido pela Câmara e porque o comprador suportará os custos de nova escritura e registo.

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que não lhe foram dados elementos para avaliar e tem de estudar a situação.

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro lembrou que se tratava de uma parcela de terreno, remanescente de um prédio comprado para

alargamento da faixa de rodagem do cruzamento da estrada de Santarém, como consta da informação da funcionária.-----

-----Posta à votação foi a proposta do Sr. Vice-Presidente aprovada, por maioria, com o voto contra da Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que declarou:-----

-----«Voto contra e faço voto de vencido por considerar que não foram dados os elementos necessários e fundamentais à minha decisão, como a cópia do contrato entre outros e só agora soube quem era o arquitecto. Suponho que a Câmara tenha fiscalizado a obra e não compreendo que o assunto venha agora aqui, dois mandatos após e com o prédio já acabado».-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou que «concordo com a cedência dos cerca de dezoito metros quadrados propostos, pelos factos descritos na informação. Deste modo a Câmara Municipal está a reparar um prejuízo por ela provocado e, nessa medida, considero legítimo que proceda à cedência para que o proprietário possa corrigir as áreas, junto das instâncias necessárias».-----

-----CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE - A Sr^a Vereadora Joana Silvestre disse que está a decorrer uma campanha de solidariedade a favor do Ruben, uma criança de Benfica do Ribatejo, com vista a angariar fundos para beneficiar de um tratamento em Cuba, a partir do qual se espera poder usufruir da sua cadeira de rodas, dado que o seu estado de saúde é muito grave e os pais não têm posses. Só as deslocações orçam os mil e seiscentos euros e, apesar da mobilização, as despesas são muito grandes. Propõe, por isso, a contribuição da Câmara, no montante das deslocações.

-----A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha alvitrou uma intervenção junto da segurança social, para apoio às necessidades normais da criança.-----

-----MEDALHA DE HONRA DO CONCELHO - Sob proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o acto do Sr. Presidente que concedeu ao Rancho Folclórico da Casa

do Povo de Almeirim a Medalha de Honra do Concelho, por ocasião do seu quinquagésimo aniversário de existência, durante a qual tem sido um digno embaixador do Concelho.-----

-----**4 - OBRAS MUNICIPAIS**-----

-----EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto para a execução de uma rampa de acesso para deficientes, a partir do pátio do edifício dos Paços do Concelho.-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----LOCALIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COMERCIAL - Foi presente o processo referente ao pedido de Ratisbona, Promoções e Construções, Sociedade Unipessoal, Limitada, solicitando informação com vista à localização de uma superfície comercial ALDI, na Rua Condessa da Junqueira, em Almeirim, num terreno com uma área superior a cinco mil e seiscentos metros quadrados (antigas instalações da fábrica Sopepor).-----

-----A informação da DHU refere que, a não ser obrigatória a execução pelo particular de um Plano de Pormenor para a zona, deverá ser condicionada a implantação à execução prévia de proposta de ordenamento urbano da totalidade da restante zona HzF e, dada a existência no local de dois armazéns com elevada quantidade de substâncias químicas perigosas, acautelar os procedimentos legais para a sua remoção em condições de segurança.-----

-----O parecer do consultor jurídico conclui que a possibilidade de construção de uma superfície comercial a implantar em zona HrF não carece de Plano de Pormenor eficaz nem de projecto de loteamento; e devem ser observados os condicionalismos resultantes da aplicação conjugada dos Artigos oitavo, cinquenta e oito, cinquenta e nove e sessenta do Regulamento do Plano de Urbanização de Almeirim.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse estranhar que um

processo entrado em Maio de dois mil e cinco só agora seja presente ao executivo. Para além disso, o parecer do técnico da Câmara é que a localização devia ser dependente de um Plano de Pormenor, para não vir a comprometer a expansão da zona e o desenvolvimento urbano. Tem de haver regras bem definidas de construção e nas instalações da SOPEPOR ainda se encontram resíduos, pelo que devia ser oficiado ao Ministério do Ambiente para acompanhar a sua remoção. Para além disso, os solos podem estar contaminados e a Câmara devia pedir parecer ao Ministério do Ambiente sobre o assunto e só sob a garantia do Ministério a Câmara aceitaria a localização.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro salientou que a necessária deliberação tem a ver se o executivo aceita aquela localização ou não. A partir daí é que será definida a implantação no solo da unidade comercial, que poderá ser acompanhada pelos técnicos municipais para garantir que será respeitada a harmonia e legalidade urbanística. A remoção dos resíduos terá de ser feita por uma empresa certificada na área do ambiente.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que o processo está na fase informativa, o desenvolvimento em sede de licenciamento para construção terá de voltar à Câmara e, na fase actual, desde que cumpra os procedimentos previstos pelos técnicos, não tem nada a opor. Disse ainda que a Câmara deverá impor condições e obter garantias da empresa de que a remoção dos resíduos será feita por entidade creditada pelo Ministério do Ambiente e Ordenação do Território na consultoria ambiental e será entregue relatório do estado dos terrenos, tendo em vista a avaliação da eventual contaminação dos solos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha estranhou que venha à reunião este pedido de informação e disse que, tal como está não pode aprovar, porque a informação tem condicionantes, o técnico remete para a Câmara tomar decisões, não diz o que tem de se fazer.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro referiu que a empresa tem de apresentar este pedido de viabilidade por razões de certeza jurídica, na qualidade de interessado na aquisição do imóvel.---

-----O Sr. Vice-Presidente propôs a aprovação da localização da superfície comercial na mancha assinalada em planta, com observação dos condicionalismos resultantes da aplicação conjugada dos Artigos oitavo, na parte final, cinquenta e oito, cinquenta e nove e sessenta do Regulamento do PUA, que a remoção dos resíduos industriais das actuais instalações seja efectuada por empresa certificada na área ambiental e sejam feitas análises aos solos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que não aprova esta proposta com o relatório do Dr. Vítor Batista, que diz que não é preciso o interessado apresentar Plano de Pormenor e gostaria de ver as alternativas.-----

-----Submetida a votação a proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara deliberou, por maioria de cinco votos, aprová-la nos termos em que se encontra formulada.-----

-----Votou contra a Sr^a Vereadora Manuela Cunha que declarou: «Voto contra e faço voto de vencido por duas razões - a primeira, porque a Câmara aprova um pedido de localização sem definir as regras urbanísticas que pretende para a zona, tal como o Sr. Arq. Forte sugeria no parecer; a segunda, por questões ambientais e visto o local em questão poder ter os solos contaminados devido a armazenamento de resíduos durante anos, que segundo o Ministério do Ambiente são tóxicos e destinando-se o pedido apresentado à construção de um hipermercado que vai vender produtos alimentares, creio que a Câmara deveria, tal como aliás propus, ter solicitado parecer prévio ao Ministério do Ambiente, relativo à situação dos solos».-----

-----O Sr. Vice-Presidente declarou: «Voto favoravelmente porque esta proposta abre a possibilidade de resolver um problema que já se vem arrastando há muitos anos e sem a qual não se vislumbrava solução a curto prazo e porque, segundo as informações dos serviços técnicos e jurista, salvaguarda todos os aspectos urbanísticos e ambientais».-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro subscreveu esta posição.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou: «Concordo

com a proposta apresentada pelo Sr. Vice-Presidente atendendo a que a mesma comporta os elementos técnicos necessários a uma futura aprovação do projecto de construção, designadamente a que se referem os pontos quatro b) e c) da informação da DHU. Em todo o caso, aquando do licenciamento da construção, deverá ser ponderada a questão da oportunidade do Plano de Pormenor, ou não, como se encontra previsto no Artigo oitavo do Regulamento do PUA, tendo em conta o disposto nos Artigos cinquenta e quatro, cinquenta e cinco, cinquenta e seis e cinquenta e nove do mesmo Regulamento. Para além disso, não se devem descurar questões ambientais, designadamente quanto à remoção e tratamento dos solos, dado que, segundo o relatório, os resíduos tóxicos depositados podem ter originado contaminação, pelo que, na data oportuna, a empresa ou a Câmara devem apresentar programa quanto à remoção e eventual tratamento de solos. A ausência de um Plano de Pormenor é demonstrativa da urgência em aprovar a Revisão do PDM».

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Vice-Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências. Estas informações aos membros do executivo são doravante completadas com o tipo de obra e localização.

-----Torriba - Organização de Produtores Horto-Frutícolas, SA, trezentos e dezanove de dois mil e cinco; Manuel Correia Marques Morgado, cento e trinta e três de dois mil e cinco; José António Correia Fernandes, trezentos e cinquenta e cinco de dois mil; Clube dos Infantes - Creche e Jardim de Infância, Lda, trezentos e dois de dois mil e cinco; Britamagos - Sociedade Imobiliária, Lda, quatrocentos e vinte e três de dois mil; Mário Costa Fidalgo, cento e noventa de dois mil e cinco; Imporjope - Comércio de Produtos Alimentares, Lda, trezentos e dezoito de dois mil e cinco; José António Gomes Pardal, dezanove de dois mil e seis; Profissional Silhueta, Estética e Saúde, cinquenta e nove de dois mil e cinco; Maria Emília Barradas Glória Russo,

cinquenta e dois de dois mil e quatro; e Nicolau Branco, um de dois mil e seis.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Vice-Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente em sede de projectos globais dos processos de obras a seguir identificados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Teresa Sofia Correia Silva Hipólito Lucas Proa, duzentos e trinta e dois de dois mil e cinco; José Augusto Pedro Salvador, cento e vinte e oito A de dois mil e três; Batista & Gil, Ld^a, vinte, vinte e um, vinte e dois e vinte e três de dois mil e seis; José Francisco Fernandes, cento e oitenta e seis de dois mil e cinco; Tomaz & Cristina - Sociedade de Construção Civil, Ld^a, oito e nove de dois mil e seis; António Cristino Alberto, trezentos e catorze de dois mil e cinco; Mariana Rita Neves Centeio, vinte e oito de dois mil e seis; João Carlos de Noronha Coelho, duzentos e cinquenta e seis de dois mil e três; António Batista Maurício, cento e sessenta e quatro de dois mil e um; Rogério Manuel Ramos Neto da Silva, duzentos e setenta e dois A de dois mil e quatro; Silvério António Gomes Pereira, cento e dezanove de dois mil e cinco; Batista e Gil, Ld^a, seis de dois mil e seis; Gertrudes da Conceição Boavida Pedrosa, duzentos e dezassete de dois mil e quatro; e Manuel Luzia Guardiano, trezentos e vinte e um de dois mil e cinco.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que às relações dos despachos atrás mencionados faltava a assinatura.-----

-----Às dezassete horas e cinquenta e dois minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Vice-Presidente.-----

O Vice-Presidente da Câmara

A Chefe de Repartição
